



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO - PPA
RELATÓRIO PARCIAL DE AUTO-AVALIAÇÃO DA UFCG
ANO BASE: 2013

Reitor

José Edilson Amorim

Vice-Reitor

Vicemário Simões

Chefia de Gabinete

Paulo de Melo Bastos

Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional

Vicemário Simões

Pró-Reitor de Gestão Administrativo-Financeira

Alexandre José de A. Gama

Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão

Marcelo Jorge Cavalcanti de Sá

Pró-Reitor de Ensino

Vicemário Simões

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários

José Edílson de Amorim

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Rômulo Feitosa Navarro

Gilmar Trindade de Araújo

Secretário de Recursos Humanos

Secretária dos Órgãos Deliberativos Superiores

Maria do Socorro Pereira

APRESENTAÇÃO

O objetivo do processo avaliativo é analisar as práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), presentes no PDI, identificando resultados, dificuldades, possibilidades e potencialidades, bem como a análise da adequação da infraestrutura oferecida em função das atividades de ensino, pesquisa, extensão e Gestão Administrativa.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), no âmbito das suas atribuições, objetiva produzir conhecimentos estruturados sobre a avaliação institucional e programar os procedimentos de avaliação conforme orientação da Lei Nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, observando as necessidades da Instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP, encaminhar relatórios e pareceres ao Reitor da Universidade, bem como a comunidade escolar para divulgar os resultados obtidos no processo de auto avaliação.

O SINAES representa um modelo de avaliação institucional integrado por diversos instrumentos complementares: Auto-avaliação, Avaliação Externa, ENADE, condições de ensino e instrumentos de informação (CENSO e CADASTRO), que se desdobram em diferentes formas de coleta de informações:

- a) Censo da Educação Superior, integrado ao SINAES e incluindo informações sobre atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária;
- b) Cadastro de Cursos e Instituições, integrado ao SINAES e
- c) CPA: Comissão Própria de Avaliação, criadas nas IES com a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, da sistematização e de coleta de informações.

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Campina Grande (CPA/UFCG), que tem como uma de suas atribuições “implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, atentando para as necessidades e para as peculiaridades da UFCG”, apresenta o presente Relatório que integra o Programa Permanente de Avaliação (PPA), referente ao ano de 2012.

A avaliação institucional, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG (PDI/UFCG) deve ser entendida como princípio fundamental para a definição e a execução de um

PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – PPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

projeto que envolva toda a comunidade universitária. Os dados oriundos da avaliação não devem se converter em meros indicadores estatísticos, mas em valioso subsídio para o direcionamento ou redirecionamento de ações para cada uma das metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O objetivo da avaliação institucional pretendida pela UFCG é a produção de conhecimento necessário à conferência permanente do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, para oportunizar a verificação das possíveis causas dos seus problemas e deficiências, além de descobrir novas demandas e de observar potencialidades pouco exploradas, ensejando, conseqüentemente, a busca de estratégias indispensáveis à solução dos problemas existentes e à reorganização estrutural que vise à valorização do potencial até então inexplorado.

Atendendo ao que dispõe a Lei Nº 10.861/SINAES, a UFCG realizará a sua avaliação institucional, sob a coordenação da CPA, a partir de grupos de pesquisa especialmente criados para avaliar cada uma das dimensões proposta na lei. A opção de realizar a avaliação da Instituição através de projetos de pesquisas específicos tem por finalidade fomentar o caráter formativo necessário à condução de processos avaliativos: a participação efetiva de toda a comunidade interna e a contribuição de atores externos do entorno institucional pressupõe a existência de agentes especializados em avaliação que possam orientar este processo. Com a criação de grupos de pesquisa, a UFCG irá construir, paulatinamente, uma cultura de avaliação que possibilite a sua permanente atitude de tomada de consciência sobre a sua missão e a sua finalidade acadêmica e social.

Identificando as fragilidades e as potencialidades da Instituição, os projetos de pesquisa resultarão na elaboração de relatórios abrangentes e detalhados, contendo análises, críticas e sugestões, para subsidiar as tomadas de decisões que busquem a melhoria da qualidade da educação que a Instituição oferece, a expansão da sua oferta e a ampliação permanente da sua eficácia social.

Além da avaliação interna, realizada a partir da interlocução com membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil local e regional, a UFCG prevê ainda o acompanhamento do corpo discente no Exame Nacional do Desempenho do

lhes o acesso a documentos e a instalações da Instituição, de tal forma que o processo avaliativo seja o mais completo, o mais rigoroso e o mais democrático possível.

Para a implementação da avaliação institucional da UFCG, foram definidas as seguintes metas:

Criação de órgão de avaliação institucional que coordene, planeje e organize atividades para manter o interesse da comunidade pela avaliação;

Manutenção de programa de avaliação institucional permanente, cujos objetivos e compromissos estarão explicitados em documentos oficiais;

Adoção do planejamento participativo com vistas à realização da avaliação institucional;

Análise das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;

Apreciação dos programas de ensino, pesquisa e extensão com vistas a sua adequação às diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação;

Revisão da relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, com vistas a sua vinculação ao desenvolvimento local e regional; Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;

Análise da adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; Avaliação institucional.

I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal de Campina Grande

CNPJ: 05.055.128/0001-76

Código: 2564

Caracterização: Instituição Pública Federal

Endereço da sede: Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário.

CEP: 58429-140 Cidade: Campina Grande - Estado: Paraíba

Site da Instituição: <http://www.ufcg.edu.br/>

Telefones da Reitoria: (83) 2101-1467 / 2101-1192

E-mail: reitor@ufcg.edu.br

DADOS DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG –, criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, pela Lei 10.419, de 09 de abril de 2002, é uma instituição autárquica pública federal de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Campina Grande e âmbito de atuação no Estado da Paraíba.

Desde sua criação, a UFCG conta com a estrutura multicampi. A cidade de Campina Grande, sede da Reitoria, conta com o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) e o Centro de Ciências Tecnologia (CCT). Em Cajazeiras, situa-se o Centro de Formação de Professores (CFP), em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), em Pombal, o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), em Cuité o Centro de Educação e Saúde (CES) e em Sumé, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA).

Em 2002, a Universidade Federal de Campina Grande oferecia 1.570 vagas no vestibular e em 2013, para ingresso em 2014, ofereceu 4.715 vagas, um aumento de, aproximadamente, 204%.

CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Ordem	Curso/Centro/(turno)/Vagas	CH Mínima	Integralização (em anos)	Currículo (ano)	Ato Normativo	CC (Conceito de Curso)(*)	ENADE	CPC
1	Administração/CH (diurno) /80	3165	4	1995	Renovação de Reconhecimento_ Portaria 737, de 30/12/2013		4	4
2	Administração/CH (noturno) /40	3165	4	1995	Renovação de Reconhecimento_ Portaria 737, de 30/12/2013		4	4
3	Administração/CCJS (noturno)/55	3000	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 706 de 18/12/2013	4	4	4
4	Agronomia/CCTA (diurno)/90	3735	5	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 1 de 6/1/2012	3	2	3
5	Arquitetura e Urbanismo/CTRN (diurno)/40	3600	5	2010	Reconhecimento_ Portaria Nº 298 de 9/7/2013	4		
6	Arte e Mídia/CH (diurno)/35	2400	4	1999	Renovação de Reconhecimento_ Aguardando Portaria	3		
7	Ciências Biológicas/CES (diurno)/40	3105	4	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	4	4
8	Ciências Biológicas /CES (noturno)/40	3105	5	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	4	4
9	Ciências Biológicas /CFP (matutino)/40	2910	4	2011	Reconhecime			

					nto_Portaria Nº 38 de 14/2/2013	4		
10	Ciências Biológicas /CSTR (diurno)/45	3060	4	2010	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
11	Ciências Biológicas /CSTR(noturno)/45	3060	5	2006	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
12	Ciência da Computação/CEEI (diurno)/180	3120	4	1999	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 286 de 21/12/2012		5	5
13	Ciências Contábeis/CCJS (noturno)/55	3000	4,5	2004	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 706 de 18/12/2013	4	3	3
14	C.Econômicas/CH (matutino)/45	3000	4,5	2009	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 706 de 18/12/2013		2	3
15	Ciências Econômicas/CH (noturno)/45	3000	5	2009	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 706 de 18/12/2013		2	3
16	C.Sociais/CDSA (noturno)/50	2805	4	2009	Reconhecime nto_Portaria Nº 651, de 10/12/2013	4		
17	Ciências Sociais_Bacharelado/CH (diurno)/30	2685	4	1992	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 286 de 21/12/2012		5	3
18	Ciências Sociais_Licenciatura/CH (diurno)/40	2565	3,5	1992	Renovação de Reconhecime nto_Portaria Nº 286 de 21/12/2012		5	5
19	Comunicação Social/CH (matutino)/40	2700	3,5	2014	Reconhecime nto_			

					Aguardando Portaria	4		
20	Comunicação Social/CH (noturno)/40	2700	4	2014	Reconhecimento_ Aguardando Portaria	4		
21	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia/CDSA (diurno)/50	2610	3,5	2010	Reconhecimento_ Aguardando Portaria	4		
22	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública/CDSA (diurno)/50	1800	3	2010	Reconhecimento_ Portaria Nº 408 de 30/08/2013	4		
23	Design/CCT (diurno)/60	2640	4	2013	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 706 de 18/12/2013		4	4
24	Direito/CCJS (matutino)/60	3570	5	1997	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 154 de 4/4/2013		4	3
25	Direito/CCJS (vespertino)/60	3572	5	1997	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 154 de 4/4/2013		4	3
26	Direito/CCJS (noturno)/60	3570	5,5	1997	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 154 de 4/4/2013		4	3
27	Interdisciplinar em Educação do Campo/CDSA (diurno)/50	3525	4	2009	Reconhecimento_ Aguardando Portaria	3		
28	Enfermagem/CCBS (diurno)/40	4170	5	2009	Reconhecimento_ Portaria Nº 187 de 1/10/2012	4		
29	Enfermagem/CES (diurno)/60	4050	5	2007	Reconhecimento_ Portaria Nº 406 de 11/10/2011	3		

30	Enfermagem/CFP (diurno)/60	3975	4,5	2005	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 1 de 6/1/2012		5	4
31	Engenharia Agrícola/CTRN (diurno)/50	3675	5	2007	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 6 de 1/6/2011			4
32	Engenharia de Alimentos/CTRN (diurno)/45	3660	5	2009	Reconhecimento_ Aguardando Portaria	4		
33	Engenharia de Alimentos/CCTA (diurno)/90	3645	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	4	5
34	Engenharia Ambiental/CCTA (diurno)/90	3615	5	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
35	Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos/CDSA (diurno)/50	3615	5	2009	Reconhecimento_ Portaria 736, de 27/12/2013	4		
36	Engenharia de Biosistemas/CDSA (diurno)/50	3690	5	2009	Reconhecimento_ Portaria Nº 649, de 10/12/2013	4		
37	Engenharia Civil/CCTA (diurno)/90	3600	5	2014	Autorização_ Portaria Nº 275, de 12/05/2014			
38	Engenharia Civil/CTRN (diurno)/120	3660	5	2014	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		3	3
39	Engenharia de Materiais/CCT (diurno)/60	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	3	3	3

40	Engenharia de Minas/CTRN (diurno)/40	3600	5	2010	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4		
41	Engenharia de Petróleo/CCT (diurno)/50	3660	5	2009	Reconhecimento_ Portaria Nº 298 de 9/7/2013	4		
42	Engenharia de Produção/CDSA (diurno)/50	3690	5	2009	Reconhecimento_ Portaria Nº 648, de 10/12/2013	4		
43	Engenharia de Produção/CCT (diurno)/40	3600	5	2005	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	3
44	Engenharia Elétrica/CEEI (diurno)/225	3765	4,5 (5)	1999	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
45	Engenharia Florestal/CSTR (diurno)/40	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		3	3
46	Engenharia Mecânica/CCT (diurno)/80	4125	4 (5)	1992	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		3	3
47	Engenharia Química/CCT (diurno)/60	3600	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		3	3
48	Estatística/CCT (diurno)/30	3000	4	2010	Reconhecimento_ Portaria Nº 297, de 9/7/2013	3		
49	Farmácia/CES (diurno)/90	4500	5	2007	Reconhecimento_ Portaria Nº 406 de 11/10/2011	4		

50	Filosofia_Bacharelado/CH (noturno)/20	2835	4	2009	Reconhecimento_ Portaria N° 695, de 17/12/2013	4		
51	Filosofia_Licenciatura/CH (noturno)/20	2835	4,5	2009	Reconhecimento_Aguardando Portaria	3		
52	Física/CFP (noturno)/40	2895	5	2011	Reconhecimento_ Portaria N° 428 de 30/8/2013	4		
53	Física_Bacharelado/CCT (diurno)/20	2880	3,5	1995	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		4	4
54	Física_Licenciatura/CCT (diurno)/20	2955	4	2009	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006			
55	Física_Licenciatura/CES (diurno)/30	2925	4	2006	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012	4	3	4
56	Física_Licenciatura/CES (noturno)/30	2925	4,5	2006	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012	4	3	4
57	Geografia/CH (diurno)/45	2895	4	2009	Reconhecimento_ Portaria N° 298 de 9/7/2013	3		
58	Geografia/CH (noturno)/45	2895	4,5	2009	Reconhecimento_ Portaria N° 298 de 9/7/2013	3		
59	Geografia/CFP (matutino)/45	3060	4	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		4	4
60	Geografia/CFP (noturno)/40	3060	5	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria		4	4

					Nº 286 de 21/12/2012			
61	História/CH (diurno)/40	2925	4,5	1986	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
62	História/CH (noturno)/40	2895	4	1986	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
63	História/CFP (matutino)/50	2895	4,5	2009	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
64	História/CFP (noturno)/50	3060	4	2009	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
65	Letras_L.Portuguesa/CFP (matutino)/25	3060	5	2011	Reconhecime nto_Aguardan do Portaria	4	3	
66	Letras_L.Portuguesa/CFP (noturno)/40	2805	4,5	2011	Reconhecime nto_Aguardan do Portaria	4	3	
67	Letras_L.Inglesa/ CFP(matutino)/25	2800	4	2011	Autorizado_ Portaria Nº 49 de 28/5/2012			
68	Letras_L.Portuguesa e L.Francesa/CH (diurno)/10	3615	4,5	2014	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006			
69	Letras_L.Inglesa/ CH (diurno)/25	3075			Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006			
70	Letras_L.Espanhola/CH (noturno)/20	2895	5	2014	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006			
71	Letras_L.Portuguesa/CH (diurno)/35	2955	4,5	2013	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773			

					de 9/5/2006		4	
72	Letras_L.Portuguesa/CH (noturno)/30	2955	5	2013	Autorizado_ Art. 28 do Decreto 5.773 de 9/5/2006		4	
73	Matemática/CES (diurno)/30	3015	4	2006	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	3
74	Matemática/CES (noturno)/30	3015	5	2006	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	3
75	Matemática_Bacharelado/CC T (diurno)/10	2400	4	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		3	3
76	Matemática_Licenciatura/CC T (diurno)/20	2835	4	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
77	Matemática_Licenciatura/CC T (noturno)/30	2835	4,5	2008	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012		4	4
78	Matemática_Licenciatura/CF P (matutino)/40	2805	4	2013	Reconhecimento_Aguardando Portaria	3		
79	Medicina/CCBS (diurno)/90	7275	6	2010	Renovação de Reconhecimento (2008)		5	3
80	Medicina/CFP (diurno)/30	7890	6	2007	Reconhecimento_ Portaria Nº 79 de 19/2/2013	3		
81	Medicina Veterinária/CSTR (diurno)/100	3960	5	2002	Renovação de Reconhecimento_ Portaria Nº 1 de 6/1/2012		4	4

82	Meteorologia/CSTR (diurno)/45	3225	4	1997	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 43, de 05/02/2014	4		
83	Música_Bacharelado/CH (diurno)/10	2880	4	2009	Reconhecimento_ Portaria N° 648, de 10/12/2013	3		
84	Música_Licenciatura/CH (noturno)/30	2800	4	2009	Reconhecimento_Aguardando Portaria	4		
85	Nutrição/CES (diurno)/90	3315	4	2011	Reconhecimento_ Portaria N° 217 de 31/10/2012	4		
86	Odontologia/CSTR (diurno)/90	4050	5	2009	Reconhecimento_ Portaria N° 298 de 27/12/2012	3		
87	Pedagogia/CFP (matutino)/45	3210	4,5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		4	4
88	Pedagogia/CFP (noturno)/45	3210	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		4	4
89	Pedagogia/CH (matutino)/35	3240	4	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		5	5
90	Pedagogia/CH (noturno)/25	3240	5	2009	Renovação de Reconhecimento_ Portaria N° 286 de 21/12/2012		5	5
91	Psicologia/CCBS (noturno)/90	4005	5	2010	Autorizado_Aguardando Portaria	3		
92	Química/CFP (noturno)/40	2940	5	2011	Reconhecido_ Portaria N°			

					286 de 21/12/2012	3		
93	Química/CES (diurno)/30	2880	4	2006	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
94	Química/CES (noturno)/30	2880	4,5	2006	Renovação de Reconhecime nto_ Portaria Nº 286 de 21/12/2012	4	3	4
95	Serviço Social/CCJS (matutino)/50	3000	4	2014	Reconhecime nto_ Aguardando Portaria	3		

Fonte: Procurador Educacional Institucional da UFCG (PI/UFCG) (2014)

(*) - Curso cujo Ato Normativo seja de Renovação de Reconhecimento, se o conceito ENADE e ou o conceito CPC for superior ou igual a 3 (três) não receberá visita in loco (portanto não terá CC), a não ser se solicitada pela IES.

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

ORDEM	PROGRAMA	ATO NORMATIVO	NÍVEL	CONCEITO CAPES
1	Ciência da Computação - CEEI	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
2	Ciência e Engenharia de Materiais - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
3	Ciências Florestais - CSTR	Reconhecimento	Mestrado	3
4	Ciências Naturais e Biotecnologias - CES	Reconhecimento	Mestrado	3
5	Ciências Sociais - CH	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	3/3
6	Engenharia Agrícola - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
7	Engenharia Civil e Ambiental - CTRN	Reconhecimento	Mestrado	4
8	Engenharia de Processos - CCT	Reconhecimento	Doutorado	3
9	Engenharia Elétrica - CEEI	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado/Mestrado Profissional	6/6/4
10	Engenharia Mecânica - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
11	Engenharia Química - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
12	Exploração Petrolífera e Mineral - CTRN	Reconhecimento	Mestrado	3
13	Física - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
14	História - CH	Reconhecimento	Mestrado	3
15	Horticultura Tropical - CCTA	Reconhecimento	Mestrado	3
16	Linguagem e Ensino - CH	Reconhecimento	Mestrado	3
17	Matemática - CCT	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado (em associação com a UFPB)	4/4
18	Medicina Veterinária - CSTR	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
19	Meteorologia - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	5/5
20	Recursos Naturais - CTRN	Reconhecimento	Mestrado/Doutorado	4/4
21	Sistemas Agroindustriais - CCTA	Reconhecimento	Mestrado (Profissional)	3
22	Zootecnia - CSTR	Reconhecimento	Mestrado	4
23	Design - CCT	Reconhecimento	Mestrado	3
24	Matemática em Rede – PROFMAT – (SBM) - CCT	Reconhecimento	Mestrado	SC
25	Letras em Rede – PROFLETRAS – (UFRN) - CFP	Reconhecimento	Mestrado	SC
TOTAL	25		21/11 + (2 Profissionais e 2 em REDE)	

A UFCG EM NÚMEROS (2013)

NÚMERO DE CÂMPUS	7
NÚMERO DE CENTROS	11
NÚMERO DE CURSOS (GRADUAÇÃO)	96
NÚMERO DE PROGRAMAS (PÓS-GRADUAÇÃO)	25
NÚMERO DE DOCENTES	1.451
NÚMERO DE DISCENTES	17.541
NÚMERO DE TÉCNICO- ADMINISTRATIVO (EFETIVOS)	1.644
NÚMERO DE VAGAS	4.715
NÚMERO DE DIPLOMADOS	1.781

Fonte: Procurador Educacional Institucional da UFCG (PI/UFCG) (2013)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFCG:

A CPA é formada pelos seguintes membros:

NOME	SEGMENTO QUE REPRESENTA
ALANA CANDEIA DE MÉLO	DOCENTE
MARCELO ALVES DE BARROS	DOCENTE
MARIDETE SARAIVA	DOCENTE
JARDES JOSÉ CAIÇARA	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
MARCELO COUTINHO DE OLIVEIRA	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
RUY EVERSON GUEDES LEÃO	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO
KÁTIA CRISTINA DE CASTRO PASSOS	SOCIEDADE CIVIL
	DISCENTE
	DISCENTE

2.1 Fundamentação Legal da CPA

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade federal de Campina Grande fundamenta-se em documentos externos, a saber:

Lei nº. 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

Decreto nº. 5.662, de 19/12/2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional ;

Decreto de 28/05/2004, que compõe a Comissão Nacional de Avaliação de Educação (CONAES);

Portaria nº. 2.051, de 09/07/2004, que regulamenta os procedimentos do SINAES; Portaria INEP nº. 31, de 17/02/2005, que indica e estabelece os procedimentos das Avaliações Externas da IES.

Além destes, supracitados, os documentos dos SINAES/CONAES/INEP que seguem:

- a. SINAES – da Concepção à Regulamentação;
- b. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, de 26/08/2004, parâmetro básico para orientar a execução da Avaliação Institucional ;
- c. Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-avaliação das Instituições – 2004;
- d. Resolução nº. 01, de 11/01/2005, que estabelece prazos e calendário para Avaliação das Instituições de Ensino Superior.
- e. Resolução Nº 03/2005, do Conselho Pleno Universitário, que disciplina o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UFCG.

O mandato da Comissão é de três anos, serão realizadas reuniões ordinárias bimestrais e, de acordo com o calendário da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), é que serão realizadas reuniões extraordinárias.

São atribuições da Comissão Própria de Avaliação da UFCG:

Implementar os procedimentos de avaliação do SINAES, atentando para as necessidades e para as necessidades e para as peculiaridades da UFCG;

Conduzir os processos internos de avaliação, constituindo subcomissões de avaliação institucional no âmbito de cada Centro, a partir da discussão com cada CEPE ou Conselho de Centro (COC);

Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP;

Analisar relatórios, elaborar pareceres e os encaminhar às instâncias competentes;

Formular propostas de desenvolvimento institucional, com fulcro nas análises produzidas pelo processo interno de avaliação;

Acompanhar, quando houver, os protocolos de ajustamento de conduta institucional firmado entre o MEC e a UFCG.

Consta ainda na Resolução 005/2005, os princípios de avaliação a ser conduzida pela CPA/UFCG: Implementação e aperfeiçoamento dos procedimentos de avaliação; Uniformidade de metodologia e clareza na utilização de indicadores que permitam comparações entre cursos e programas; Respeito às transformações permanentes da Instituição, às diferenças entre os centros e às características peculiares de cada curso e de cada área do conhecimento; Legitimação política e pedagógica dos processos de avaliação, com o envolvimento de discentes, docentes, pessoal técnico-administrativo, da representação sindical e da sociedade civil nos procedimentos de avaliação e na avaliação dos seus resultados; Legitimação técnica a partir de metodologia adequada, visando à assimilação das informações pela comunidade universitária; Caráter pedagogicamente construtivo com o estímulo à autocrítica, ao planejamento e ao desenvolvimento institucional; Publicidade com ampla divulgação de todas as etapas do processo de avaliação; Continuidade com vistas à comparação das informações coletadas e à melhoria do processo avaliativo.

Conforme consta no PDI, o objetivo da avaliação institucional pretendida pela UFCG é a produção de conhecimento necessário à conferência permanente do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, para oportunizar a verificação das possíveis causas dos seus problemas e deficiências, além de descobrir novas demandas e de observar potencialidades pouco exploradas, ensejando, conseqüentemente, a busca de estratégias indispensáveis à solução dos problemas existentes e à reorganização estrutural que vise à valorização do potencial até então inexplorado.

III DIMENSÕES DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto, atendendo ao estabelecido pelo Art. 3º da Lei n. 10.861/2004, embasa o processo avaliativo nas seguintes dimensões:

Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – PPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade;

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da Autoavaliação institucional;

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

IV ETAPAS DA AUTO-AVALIAÇÃO

Dentre as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2012, visando o processo de auto-avaliação institucional, orientadas pelo documento Diretrizes de Avaliação Institucional da Coordenação Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) que estabelece suas etapas – Preparação, Desenvolvimento e Consolidação –, destaca-se:

- Realização de Reuniões mensais com os membros da CPA para avaliação dos instrumentos de Auto avaliação Institucional;
- Estudo das fontes documentais para reestruturação dos instrumentos Avaliativos;

PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – PPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

- Elaboração de uma circular para sensibilizar os membros da Câmara Superior de Ensino e do Conselho Pleno Universitário;
- Articulação com as Direções dos *Campi* para informar e discutir o Plano de trabalho da CPA para 2012 e solicitar-lhes o apoio por ocasião da avaliação;
- Reestruturação na composição dos membros da CPA (corpo discente);
- Acompanhamento dos cursos de Graduação que se submeteram a processos de avaliação, a saber: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, não somente no período da visita *in loco*, mas a partir do momento em que os pedidos são protocolados, no sentido de estimular a adoção da prática de autoavaliação para identificar fragilidades, corrigi-las e oferecer cursos de qualidade.
- Elaboração de novos instrumentos de avaliação para docentes e discentes;
- Realização do processo de autoavaliação institucional junto às instâncias administrativas (Pró-Reitorias, de Ensino, de Pesquisa e Extensão, de Assuntos Comunitários e de Pós-Graduação) da IES;
- Em 2012, a autoavaliação foi subsidiada pelos relatórios emitidos pelas respectivas instâncias administrativas da IES.

PROGRAMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – PPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

A CPA da UFCG, em reuniões realizadas no ano de 2012, já definiu as atividades de trabalho para o ano de 2013.

Reuniões Oficiais da CPA

Elaboração do Relatório de Autoavaliação substanciado pelas informações emanadas do RH, da Secretária de Planejamento e Avaliação e da Coordenação de Educação à Distância - CEAD.

Análise do Relatório de Autoavaliação pelos membros da CPA

Aprovação do Relatório de Autoavaliação

Postagem do Relatório no Site do MEC

Escolha das questões para a Avaliação Institucional - Graduação

Escolha das questões para a Avaliação Institucional - Pós-Graduação

Sensibilização e Motivação da Comunidade Acadêmica sobre a Avaliação Institucional pelas Coordenações de Curso

Aplicação da Avaliação Institucional para Graduação
Aplicação da Avaliação Institucional para a Pesquisa e a Extensão

IV PROCESSO DE AVALIAÇÃO (ALANA)

O propósito desta avaliação foi manter o mesmo questionário para averiguar o nível de satisfação do corpo docente, discente e funcionários em relação à Instituição, considerando o último resultado da auto avaliação referente ao ano de 2010.

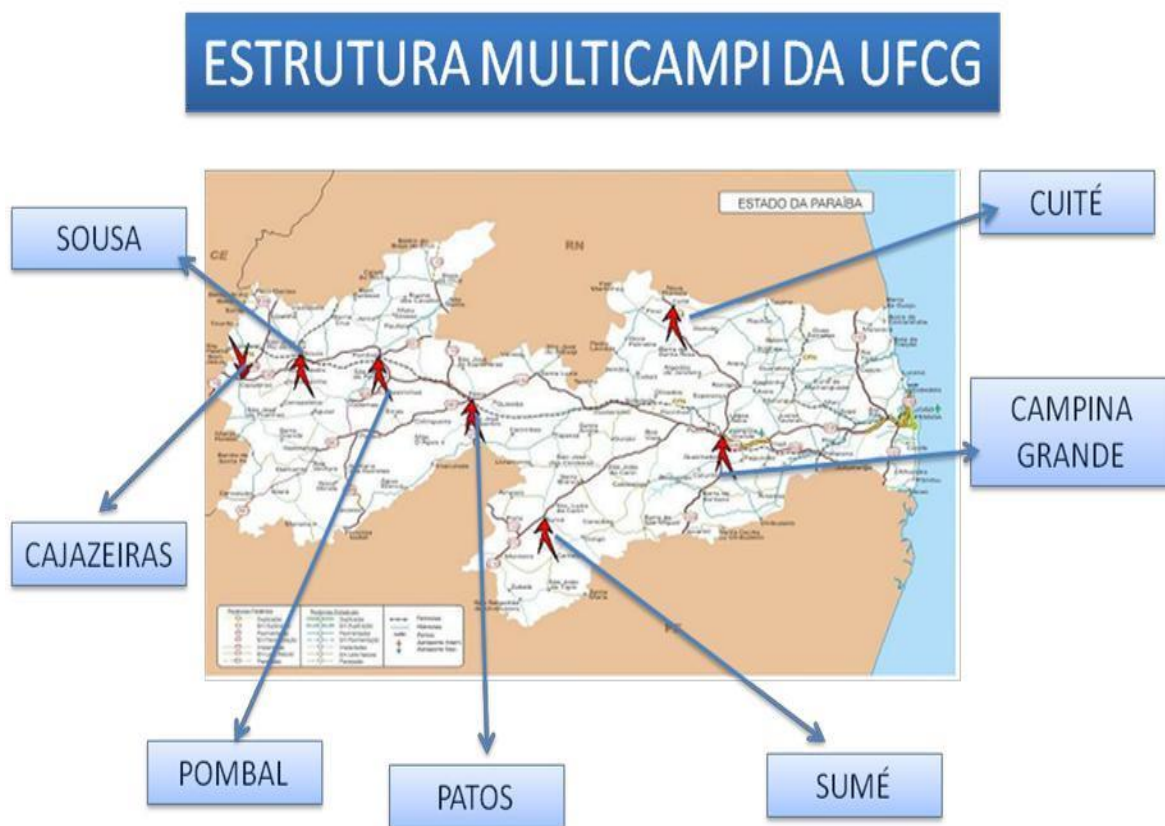
Diante dos resultados desta última avaliação, a CPA reuniu-se para analisar os questionários, a fim de divulgar o relatório final para todos os segmentos da Instituição. Diante dos dados, a Comissão da CPA articulou com a Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional que, devido a estrutura multicampi da UFCG, durante o primeiro período letivo de 2012, os representantes da Comissão reunir-se-ão com os coordenadores dos cursos em cada *Campus*, com o objetivo de divulgar a avaliação, bem como buscar soluções para alguns quesitos negativos. Os corpos discente e técnico administrativos tomarão conhecimento dos resultados através de divulgação na página da IES na internet, bem como por meio dos seus órgão representativos.

As ações corretivas sugeridas partem da análise dos dados coletados e do diálogo estabelecido entre a CPA e os demais segmentos Institucionais, a fim de minimizar, resolver e implementar ações inerentes ao bom andamento da Instituição com vistas à qualidade do ensino e dos serviços oferecidos a comunidade, visando o cumprimento da sua missão institucional com o ensino, a pesquisa e a extensão.

FRAGILIDADES NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO:

Ao longo do processo de auto avaliação, a Comissão da CPA, por meio de contatos mantidos com os três segmentos da Instituição diagnosticou algumas fragilidades no processo, destacando-se entre eles:

A estrutura multicampi dificulta o trabalho em virtude da distância entre os Centros (distribuídos entre o Curimataú, Pio Monte da Borborema, Cariri e Sertão).



Dificuldades no tratamento dos dados coletados, pois os questionários continuam sendo muito longos;

Surgiram muitas dúvidas com relação à função e autonomia da CPA, pelos Coordenadores dos Cursos e demais órgãos colegiados. Algumas dúvidas foram supridas quando da apresentação na Câmara Superior de Ensino, no Conselho Pleno Universitário e em reuniões em alguns Centros;

Falta de uma cultura de avaliação e, por isso, a participação ainda continua baixa por parte dos três segmentos;

O segmento dos discentes ainda carece de maior sensibilização para participar das reuniões da CPA e trazer contribuições que reflitam o desejo da comunidade estudantil;

Divulgação dos resultados deve ser mais efetiva dos órgãos de atendimento aos alunos, professores e funcionários.

POTENCIALIDADES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO:

Desde o ano de 2005, a CPA vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização de alunos, professores e funcionários sobre a importância da auto avaliação para a qualidade do ensino e melhoramento da Instituição;

As Coordenações dos Cursos têm utilizado os resultados das auto avaliações e do ENADE como meio de gestão, partindo do princípio de que a qualidade pode ser alcançada quando se busca a melhoria dos serviços oferecidos; semestralmente, já consta no calendário da UFCG, atividades de planejamento, em que as questões de avaliação são amplamente discutidas, ouvindo os principais atores envolvidos neste processo avaliativo e contínuo do ensino-aprendizagem;

A sensibilização da comunidade acadêmica está cada vez mais transparente acerca do processo de auto avaliação, principalmente, através dos resultados obtidos pós-avaliação;

O Corpo docente e os técnico-administrativos estão comprometidos com a Instituição; A administração da Instituição está pautada em uma gestão democrática, descentralizada, garantindo autonomia da Comissão Própria de Avaliação para desenvolver as funções que lhe foi atribuída.

As principais dificuldades encontradas foram:

A despeito de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CPA, algumas dificuldades ainda persistem, destacando-se entre elas:

- a) **Complexidade da Avaliação Institucional.** O questionário empregado como referência para os instrumentos de pesquisas buscou contemplar o conjunto dos indicadores previstos na avaliação do SINAES e o máximo de indicadores necessários para um planejamento estratégico de uma Universidade Pública, apontados pela literatura e pela experiência das demais Universidades Brasileiras. Como resultado, este questionário era muito grande e pouco atrativo para os públicos alvos. Ele foi transformado em uma ferramenta de trabalho colaborativo que combina pesquisa com aprendizagem organizacional.
- b) **Resistência à Avaliação.** A abordagem de comunicação da auto-avaliação baseada em seminários presenciais foi intensa em todos os campi, mas demonstrou ser insuficiente para garantir uma grande participação da comunidade neste Ciclo 2006-2008. As barreiras culturais e a rejeição ao processo de avaliação são imensas e a CPA deu um pequeno e primeiro passo que precisa ser aprimorado com abordagens educativas e mais eficazes de envolvimento da comunidade.
- c) **Memória Fraca.** A Instituição, e por consequência, a CPA, não dispunha de um sistema de informações gerenciais, com uma função de memória efetiva do processo avaliativo que permita a preservação e valorização dos atores (principalmente a comunidade) e dos resultados das iniciativas anteriores de avaliação institucional.
- d) **Comunicação Frágil.** A Instituição, e por consequência, a CPA, não dispunha de uma mídia institucional integrada, com poder de informação, de educação e de vinculação das práticas gerenciais da instituição com os fenômenos da vida universitária, que atue como um sistema integrado de comunicação e sirva de alicerce da comunicação institucional, não somente para o processo avaliativo realizado, mas para todo o âmbito da interação da UFCG com as comunidades interna e externa.

V SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO POR DIMENSÃO

DIMENSÃO 1: A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No Plano de Desenvolvimento Institucional a UFCG definiu que o ensino, a pesquisa e a extensão devem buscar continuamente níveis de qualidade, socialmente comprometidos e continuamente avaliados. Resumidamente, são esses os pontos a serem perseguidos e alcançados. Para tanto, traçou algumas metas que gradativamente estão sendo atingidas e que são reconhecidas pelos segmentos da instituição.

AÇÕES PLANEJADAS:

consolidação do ensino de graduação;

diversificação da oferta de vagas e criação de cursos de graduação;

estimulação à criação de programas de pós-graduação interdisciplinares e intrainstitucional em áreas da educação, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável;

fortalecimento dos cursos e programas de pós-graduação existentes;

continuidade do intercâmbio acadêmico-cultural entre os *campi*;

aperfeiçoamento do sistema de matrícula mediante o uso da rede mundial de computadores;

investimentos para educação a distância e para a educação continuada;

ampliação do número de vagas nos cursos de pós-graduação;

apoio à qualificação do corpo docente;

fomento ao intercâmbio de grupos locais com grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros;

estruturação de um órgão direcionado ao apoio técnico para elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento;

estímulo a trabalhos de extensão direcionados para a organização social e formação para a cidadania;

criação de meios de incentivo à iniciação artística e cultural;

tornar disponível, via rede mundial de computadores, informações acerca de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas ou orientadas por docentes da UFCG;

criação de parcerias com o governo estadual, e com demais instituições de ensino superior da Paraíba, com vistas ao estabelecimento de um consórcio, para a qualificação dos professores leigos dos municípios do estado;

criação da rádio e emissora de televisão universitárias voltadas à ação pedagógica.

AÇÕES REALIZADAS

As ações planejadas estão sendo consolidadas a partir da implantação de programas e projetos oriundos das diretrizes do PDI, com estratégias voltadas para o ensino, pesquisa, extensão, Avaliação e desenvolvimento Institucional; gestão e modernização administrativa.

A auto-avaliação desenvolvida a partir da criação da CPA tornou-se um instrumento ímpar e fundamental para subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e neste aspecto, a Administração Superior assumiu a auto-avaliação como umas das políticas prioritárias buscando provocar discussões e reflexões para inovar e vencer desafio.

Apesar de continuar considerando a educação a distância uma modalidade de ensino estratégica para o futuro, a UFCG ainda não conseguiu o implantar nenhum curso de graduação utilizando a metodologia do Ensino a Distância

DIMENSÃO 2: A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES

A política para o ensino de graduação da UFCG busca a íntima articulação entre a formação científica e técnica, compatibilizando as necessidades de produção do conhecimento e qualificando para o exercício profissional. Os itens elencado abaixo possibilitam conferir essa realidade:

Ingresso aos cursos por meio do desempenho do candidato no ENEM, transferências de outras instituições e para portadores de diploma quando há disponibilidade de vagas, além da adesão.

Atendimento às necessidades de pesquisa, e de estudos relacionados às soluções de problemas regionais. Consolidação da identidade institucional através do fortalecimento dos Cursos e Centros criados a partir da adesão ao REUNI (Pombal – Cuité – Sumé – Pombal – Patos – Cajazeiras E Sousa).

Viabilizar a efetiva participação da Administração Central da UFCG e das Direções dos Centros em atividades acadêmicas.

Maior envolvimento da Administração Central da UFCG e das Direções dos Centros no acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, adequando-os à realidade regional e ao que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Estímulo para a realização de reuniões periódicas para que sejam planejadas e avaliadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Fortalecimento de convênios com instituições de outros países para potencializar a participação de um maior número de alunos.

Adoção de uma política que viabilize o fluxo de alunos entre cursos e entre instituições (mobilidade acadêmica, por exemplo).

Ampliação do número de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, favorecendo a relação graduação/pós-graduação.

Aumento gradativo do número de Programas Acadêmicos (Monitoria, Monitoria Pró-Licenciatura, PET – Programa de Educação Tutorial, PET Conexões De Saberes, PROMISAES – Programa Milton Santos de Acesso Ao Ensino Superior, PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, PRODOCÊNCIA).

Crescente número de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação já atualizados ou em fase de atualização.

Inserção no calendário oficial da UFCG de uma SDemana de Planejamento, quando se discutem os problemas inerentes ao processo ensino-aprendizagem.

Políticas de destinação financeira para que docentes e discentes possam participar, com maior frequência, a eventos que estimulem a pesquisa científica.

A UFCG adota como política institucional para a melhoria da qualidade nos cursos de graduação, a ampliação e qualificação de seu quadro docente e essa política impacta diretamente na qualidade do ensino e, conseqüentemente, na avaliação dos cursos, o que já se faz visível nos resultados do último ENADE e nas avaliações externas.

Suporte da CPA para assessorar os Cursos no recebimento das Comissões.

A política de implementação da extensão tem como princípios: Articular a extensão a bases de pesquisa e programas de ensino; Estimular a elaboração de projetos integrados em grandes programas institucionais que privilegiem grupos e populações socialmente relevantes; Desenvolver projetos estruturantes, portadores de mudanças; Articular a extensão às demais Pró-Reitorias e incluí-la como atividade curricular; Ampliar o intercâmbio e o arco de parceiros; Organizar a extensão em áreas temáticas e linhas programáticas, em conformidade com o Plano Nacional de Extensão; Estimular o aumento da produção de projetos e ações, diversificando fontes de financiamento; Fortalecer os grupos de arte e cultura; Atualizar a legislação e reorganizar o fluxo e registro dos projetos; Manter o sistema de Informações da extensão da UFCG, integrado à Rede Nacional de Extensão -

RENEX e registrado no SIEX - Brasil.

A política de pesquisa inclui aspectos institucionais importantes que é o desenvolvimento de programas de pesquisa, por meio do incentivo à Iniciação Científica, tendo em vista o aprimoramento do discente, contribuindo também para a consolidação do processo de aprender a aprender; e do papel social da Instituição, por meio da percepção das necessidades básicas da maioria da população, transformando-as em desafios que conduzam à reflexão crítica e formulação de respostas.

A política de extensão orienta as ações extensionistas na UFCG reflete os desafios atuais em torno desta modalidade de atividade, buscando a sua integração ao ensino e à pesquisa. Reforça a sua condição de construtora e difusora de conhecimentos e estabelece a interlocução da academia com a sociedade.

a expansão da infra-estrutura laboratorial adequada ao desenvolvimento de atividades de pesquisa é uma das estratégias adotadas para o fortalecimento da pós-graduação; estimula-se a realização de projetos que priorizem o desenvolvimento regional, sobretudo aquelas voltadas para os arranjos produtivos locais, o agronegócio, as inovações tecnológicas, assim como aquelas direcionadas às artes, humanidades e ciências sociais aplicadas.

Estabelecer uma política de relacionamento com os egressos visando a ampliação do número de alunos nos cursos ofertados.

Ofertar cursos que atendam às demandas da comunidade externa.

Fragilidades diagnosticadas nesta dimensão:

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos não são discutidos, sob o ponto de vista epistemológico, simplesmente há a observância de normas e portarias, sem que haja debate.

Ausência de integração entre os professores para a elaboração dos programas das disciplinas, comprometendo a interdisciplinaridade e as formas de avaliação.

Método de ensino tradicional. Ainda se encontram professores resistentes a mudanças e reticentes quanto à adoção de novas metodologias e isso gera avaliações tradicionais.

Inexiste política para sistematizar os processos avaliativos.

Ainda existem dificuldades de integração entre o acadêmico e o administrativo.

Pouca integração entre a graduação e a pós-graduação.

Limitação do acervo bibliográfico, tanto da graduação quanto da pós-graduação, restringindo, muitas vezes, melhor avaliação (INEP ou CAPES).

Pouca divulgação interna e externa dos trabalhos de extensão desenvolvidos.

Trabalhos de pesquisa desenvolvidos de forma desarticulada.

De modo geral, as pesquisas não atendem a comunidade na qual está inserida.

Vários docentes, devido ao excessivo engajamento na pós-graduação, não aceitam orientar alunos de iniciação científica.

Pouca articulação entre o ensino e a pesquisa.

Ausência de projetos integrados de pesquisa e extensão.

Ausência de iniciativas que promovam a relação entre formação profissional e mercado de trabalho.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Incentivar eventos acadêmico-científicos que enfoquem pesquisas relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão.

Aumentar o número de publicações para divulgar os resultados das pesquisas.

Promover cursos de capacitação para o corpo docente nos aspectos da didática das aulas, novas metodologias de ensino e tecnologias do ensino superior.

Ampliação do número de Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, favorecendo a relação graduação/pós-graduação.

Aumento gradativo do número de Programas Acadêmicos (Monitoria, Monitoria Pró-Licenciatura, PET – Programa de Educação Tutorial, PET Conexões De Saberes, PROMISAES – Programa Milton Santos de Acesso Ao Ensino Superior, PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, PRODOCÊNCIA). (Quadro a seguir)

Crescente número de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação já atualizados ou em fase de atualização.

Postura do docente frente à disciplina que ministra, ao implicar que a prática do ensinar é uma atividade associada à pesquisa e a extensão.

A abordagem interdisciplinar como outro elemento motivador de uma ação colaboradora entre saberes e princípio educativo.

DIMENSÃO 3: A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A responsabilidade social na UFCG se amplia cada vez mais em face da contínua transformação científica, tecnológica, econômica, social, psicológica e ética, refletindo a consciência do seu compromisso em formar pessoas, profissionais e cidadãos capazes de entender e enfrentar, com discernimento lúdico e atitude reflexiva, a dinâmica cultural e a globalização. A responsabilidade social está intimamente ligada à missão da Instituição, revela-se na sua contribuição à inclusão social por exemplo.

Com o objetivo de cumprir sua missão socializando o conhecimento e adequando-o ao saber contemporâneo e à realidade social, formando profissionais que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, a UFCG, a partir do desenvolvimento de políticas de inclusão social tem dado ênfase a algumas ações, que ratificam a sua responsabilidade social, tais como:

Relacionamento externo com as empresas para ampliar a oferta de estágios, oferecimento e captação de serviços.

Realização de visitas técnicas/didáticas interdisciplinares à empresas e instituições. Realização de eventos em todos os seus Campi que contemplam, além de esclarecimentos, a conscientização de temas relacionados à preservação ambiental,

exploração racional dos recursos naturais, higiene e saúde, e promoção dos cursos de graduação.

Bom relacionamento com o setor público (municipal, estadual e federal) e privado haja vista o expressivo número de parcerias existentes para diversos fins como: estágios, convênios, cooperação técnica, e etc.

A Instituição tem na sua estrutura administrativa a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários (PRAC), que agrega alguns programas/ estruturas que diretamente beneficiam os alunos de baixo poder aquisitivo, a exemplo do Restaurante Universitário (gratuito), Residência Universitária (gratuita), Ações de Promoção Estudantil e Programa de Assistência à Saúde.

A PRAC também beneficia os servidores, por meio do Programa de Promoção ao Servidor.

Contribuição para a inserção e permanência do aluno na universidade, por meio da residência universitária do restaurante universitário e do crescente número de bolsas, além da qualidade do ensino ministrado.

Incentivo à participação dos alunos em projetos de extensão.

Manutenção de residências universitárias em todos os campi, para alunos comprovadamente carentes;

Fornecimento de refeições gratuitas a alunos comprovadamente carentes em restaurantes universitários e nas residências universitárias;

Programas institucionais de bolsas de iniciação científica e artístico-cultural, de extensão, de monitoria e de gestão;

Apoio à participação de alunos em eventos e para a realização de eventos estudantis;

Fragilidade desta dimensão:

Ausência de uma política transparente para a inclusão social.

A formação humanística ainda é deficiente na instituição.

Muito docentes e pesquisadores não apresentam uma visão interdisciplinar.

Em vários setores da Instituição ainda existe a dificuldade de acesso para portadores de necessidade especiais.

Carência de tratamento especial e diferenciado para alunos com baixo poder aquisitivo ou com necessidades especiais.

A comunidade externa pouco é beneficiada com o uso do conhecimento produzido pela UFCG.

Há poucos professores com formação adequada para trabalhar com portadores de necessidades especiais.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Implantar e implementar políticas de inclusão social, de desenvolvimento econômico, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Adequar a infra-estrutura física para os portadores de limitações físicas e visuais, bem como dotar os laboratórios de ensino de equipamentos que possibilitem aos portadores de deficiência visual serem incluídos no ensino superior.

Promover cursos de LIBRAS para possibilitar que a disciplina que tem caráter optativo nos cursos de bacharelado, possam ser lecionadas, diversificando a formação dos alunos.

Promover o maior envolvimento da comunidade no desenvolvimento regional, por meio do desenvolvimento de pesquisas e de programas de extensão que objetivem o atendimento desta dimensão.

DIMENSÃO 4: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Comunicação na UFCG é vista como um meio estratégico para a construção e a manutenção de uma imagem positiva da Instituição junto ao público interno e externo. A política de comunicação se desenvolve em acordo com a missão e valores da Universidade. Contempla como meta no PDI a melhoria da comunicação interna objetivando a melhoria do diálogo entre os gestores e a implantação de uma política de informática que possibilite o intercâmbio e o uso de informações.

A Instituição dispõe de uma Assessoria de Comunicação que tem como função principal promover a divulgação de informações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão junto aos diferentes meios de comunicação, com os quais a instituição mantém permanente contato. As pesquisas, eventos, serviços, projetos, programas e as

atividades de extensão também são divulgados através dos veículos institucionais, voltados para a comunicação interna e externa, especialmente na sua *home Page*.

A Universidade utiliza ainda diversos canais de comunicação científica e a maioria dos professores mantém currículo cadastrado na plataforma Lattes.

A Ouvidoria da UFCG é um importante canal aberto de contato da instituição com o público interno e externo. Por meio do endereço eletrônico <http://www.ufcg.edu.br/~ouvidoria/> ou por telefone (83) 3310 1585 ou por agendamento, todos os representantes do segmentos da UFCG podem contatar com o ouvidor, cujas atribuições são as seguintes: a) Receber reclamações, elogios, comentários e sugestões dos usuários, interpretá-las e buscar soluções para o caso, visando o aprimoramento do processo de prestação do serviço público; b). Representar os interesses do cidadão na organização; c). Contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados; d) Buscar a satisfação do cidadão que utiliza os serviços públicos; e). Informar adequadamente a direção da organização sobre indicativos da satisfação dos usuários; f). Funcionar como instrumento de interação entre a organização e o ambiente externo.

Fragilidades desta dimensão:

Ineficiência na divulgação de informações na internet.

Ausência de transparência sobre a aplicabilidade dos recursos nas ações sociais e culturais.

A página da UFCG deve ser melhorada com o objetivo de direcionar o usuário diretamente para a Assessoria de Comunicação.

Intensificar a divulgação da imagem da UFCG nas escolas de ensino médio.

Manter sempre atualizada a página da Instituição. Muitos dados, quando são consultados, apresentam uma certa defasagem na informação.

Ausência de uma política de comunicação interna na UFCG.

Considerando que a Instituição tem um respaldo muito grande no contexto estadual e regional, sente-se a carência de veículos de comunicação universitários, a serem mantidos pela própria IES (rádio e televisão).

Limitação na divulgação das atividades de extensão na página da UFCG, considerando ser esta atividade fundamental para divulgar a imagem da UFCG para a comunidade.

Falta de incentivo para que a comunidade universitária consulte diariamente a página da UFCG.

Relatório da Ouvidoria está desatualizado.

Cada Centro deveria ter sua própria assessoria de comunicação, composta por profissionais habilitados para o exercício da função.

Ainda se deve veicular informações/ notícias referentes à Instituição e a eventos em murais de fácil acesso para a comunidade acadêmica.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Melhorar a eficiência na divulgação de informações veiculadas na internet.

Estimular a contínua melhoria dos *sites* dos Centros mantidos pela UFCG.

O site da UFCG contém informações institucionais (acadêmicas e administrativas), porém carecem de atualização.

Institucionalizar uma política de comunicação para a UFCG.

Criar um Centro de Documentação de Imagens e Produção, para a captação de imagens do ensino, pesquisa e extensão.

Criar produções próprias da instituição (documentários) para veiculação em mídia alternativa.

Desenvolver estratégias de comunicação que efetivem a interação UFCG/Sociedade e quebre a imagem de que a Universidade está isolada.

Enviar, sempre que possível e diante da pertinência, matérias para a imprensa local, regional e estadual.

Primar pela responsabilidade com as informações que são de caráter público, tendo como base o direito do cidadão à informação.

A comunicação interna na UFCG é mantida via e-mail ou telefone, meios eficazes para o recolhimento das informações que deverão ser repassadas aos meios de comunicação.

Banco de e-mail de professores, coordenadores e diretores, com acesso livre à consulta e uso para envio de e-mail.

Constatar-se que no site da instituição estão publicadas todas as informações pertinentes aos atos da instituição, notícias, informativos, informações dos cursos de

graduação e pós-graduação, editais, portarias, regulamentos, estrutura administrativa, relatórios, convênios, portarias, dentre outros

DIMENSÃO 5: AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Como em toda IFES, O Plano de Carreira dos servidores da UFCG é determinado pela Lei 7596 de 10 de abril de 1987 que trata da carreira do magistério e que recentemente foi alterado conforme a edição da medida provisória 295/06 que instituiu a classe de professor associado.

A UFCG estimula a capacitação docente na realização de mestrado e doutorado, fato constatado pelo alto índice de titulação do seu corpo docente. Os cursos têm autonomia para formularem os critérios de contratação e procederem a seleção, devendo esses critérios atender à qualificação e competência na área específica de conhecimento. Os requisitos de titulação e experiência profissional são definidos pelas Unidades Acadêmicas

A expansão do quadro de pessoal está condicionada à dotação de vagas para servidores docentes e técnico-administrativos por parte do governo federal. Quando surgem vagas, notadamente para o quadro docente, a distribuição entre as unidades é feita mediante modelo de alocação de vagas aprovado pelos conselhos superiores da instituição.

Fragilidades desta dimensão:

Integrar os servidores federais (funcionários), com os demais segmentos da academia.

Pouco estímulo para a participação do corpo técnico-administrativo em programas de pós-graduação.

A estrutura multicampi dificulta o acesso e a atualização de informações sobre recursos humanos.

Má organização sindical.

Percebe-se que o Governo investe mais em infra-estrutura e na criação e expansão de novas universidades do que na valorização do capital humano.

Não há uma política voltada para estimular o clima institucional (relações interpessoais).

Não existem mecanismos para conhecimento do grau de satisfação dos servidores (docentes e técnico-administrativos).

Dificuldades para participar de eventos internacionais.

Dificuldade de utilizar determinados espaços acadêmicos, a exemplo de laboratórios, por falta de técnicos.

Restaurante Universitário e Creche muito abaixo das necessidades dos técnico-administrativos.

Ausência de políticas de formação e atualização pedagógica para a atuação profissional.

Dificuldade para motivar os técnicos para o trabalho em grupo. Dificuldades de contratar funcionários para atender demandas específicas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Foi instituído o Programa de Avaliação do Desempenho – PAD – dos servidores técnico-administrativos em educação da UFCG (RESOLUÇÃO N.º 04/2007). Os objetivos são os seguintes: fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando o desenvolvimento de pessoal da UFCG; propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho; identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho; subsidiar programas de capacitação e aperfeiçoamento; possibilitar ao servidor a identificação e busca dos meios necessários ao auto-desenvolvimento, através de sua participação e conhecimento dos resultados da avaliação; adequar a lotação do servidor, para compatibilizar suas habilidades com as atividades desenvolvidas na unidade de exercício; oferecer informações para o Programa de dimensionamento de necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional; ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais; aferir o mérito para progressão.

Incentivar a participação do corpo técnico-administrativo em programas de pós-graduação, estimulando a qualificação e a atualização profissional.

Oferecer mais cursos de informática para promover a inclusão digital dos servidores.

Significativo número de docentes com qualificação *stricto sensu* (doutorado e mestrado).

86,1% dos docentes possuem regime de trabalho Dedicção Exclusiva (DE).

Em algumas áreas, há incompatibilidade dos recursos humanos com as necessidades reais.

DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS;

Segundo o PDI da UFCG, a gestão institucional deve ser entendida como o conjunto de ações, normas e programas relacionados com os aspectos como organização administrativa, organização e gestão de pessoal, além de políticas de atendimento aos servidores e aos discentes. Enfim, um conjunto de normas que contribuem para o funcionamento da instituição.

A organização administrativa da UFCG está estabelecida internamente em seus Estatuto e Regimento, nos quais estão estabelecidos, entre outros, itens como: Estrutura Organizacional; Instâncias de Decisão; Indicações do Formato para o Organograma Institucional e Acadêmico; Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição; Funcionamento e Atribuições dos Órgãos de Apoio às Atividades Universitárias; Formas de Estabelecimento de Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas.

Como as demais Instituições Federais de Ensino Superior, a UFCG goza de autonomia didático-pedagógica e empenha-se em contribuir para que a Lei da Reforma Universitária garanta a esperada autonomia financeira, patrimonial e de gestão devidamente acompanhadas de mecanismos de avaliação e aprimoramento.

Fragilidades desta dimensão:

Ausência de ações conjuntas no ensino de graduação, pós-graduação e extensão.

Cobrança de que a Ouvidoria apóie as ações no sentido de melhorar a gestão de forma integradas.

Todos os segmentos possam acompanhar a implantação do Projeto Pedagógico do Curso.

Política mais eficiente de acolhimento ao aluno recém ingresso na Universidade.

Rever a estrutura atual da Universidade, especialmente as Unidades Acadêmicas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Inserir como atribuição da CPA um plano de conscientização e divulgação das atribuições dos órgãos colegiados e da importância no funcionamento da estrutura.

DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;

A UFCG compreende que o desenvolvimento das atividades educacionais depende muito de um ambiente físico adequado, que ofereça conforto e os meios necessários à execução de todas as atividades da Instituição. Especialmente em função da sua estrutura multicampi, necessário se faz a devida adequação dos ambientes, considerando que a maioria dos centros localiza-se em região semiárida, com clima quente e seco.

Além de salas de aulas arejadas e confortáveis, é preciso manter os laboratórios específicos dos cursos, que dão o apoio necessário ao desenvolvimento tecnológico, a biblioteca, clínicas, salas de estudo, anfiteatros, auditórios, área de lazer, área de convivência e alimentação além de mobiliário que permitam o eficiente desenvolvimento das atividades educacionais.

Outros aspectos a serem considerados são: a manutenção física dos espaços, limpeza e conservação; aquisição de material de apoio didático, que vise a garantia de utilização de tecnologia atualizada e adequada.

No decorrer desta avaliação foi percebido e denunciado por alunos e professores, que algumas instalações estão com o prazo de construção bastante atrasados, o que tem se refletido em prejuízos para o processo ensino-aprendizagem.

A Instituição contempla no seu PDI a ampliação da infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação – analisa a infra-

estrutura da instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES. Sem dúvida, nos últimos cinco anos tem sido bastante ampliada a infra-estrutura em todos os campi, para atender a expansão em função da criação dos novos cursos ou campi totalmente construídos porque também foram criados recentemente.

Fragilidades desta dimensão:

As instalações apresentam-se, em alguns casos, mal distribuídas, necessitando de reestruturação dos espaços físicos.

Limitação de espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas em alguns centros.

Limitação de espaço físico necessário para o desenvolvimento das atividades administrativas em alguns centros.

Algumas atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas nos limites que a infra-estrutura permite.

Ambientes administrativo e de professores não climatizados.

Desconhecimento, por parte da comunidade universitária do Estatuto, do Regimento Geral, do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Regulamento de Ensino e de diversos documentos institucionais (resoluções, portarias, entre outros) dificultando andamento dos processos e da tomada de decisões.

Em alguns centros há a necessidade de reformar e adequar o estacionamento;

Reequipamento dos laboratórios de informática.

Aquisição de material didático-pedagógico.

Adequação do espaço físico

Melhorias nas instalações gerais;

Ampliação e renovação do acervo da Biblioteca;

As condições de acesso para portadores de necessidades especiais são bastante precárias, estando somente os prédios recém construídos, cujos projetos foram elaborados após o ano de 2000, adaptados para tal fim.

Não existem técnicos especializados para manutenção de equipamentos.

Não existem políticas gerais de conservação e normas de segurança nos laboratórios, havendo ações pontuais em alguns setores.

Promover curso de treinamento para o pessoal responsável por encaminhamento de processos.

Limitação da política institucional de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização do patrimônio.

Reduzido número de funcionários, com a conseqüente distribuição irregular, deixando a descoberto determinados setores.

Dificuldades em adotar práticas pedagógicas inovadoras pela falta de espaço e, muitas vezes, de equipamentos adequados.

Demora no atendimento das solicitações de reformas, mesmo dispondo de recursos próprios, há falta de planejamento para curto prazo.

Necessidade de adequação da infra-estrutura para portadores de necessidades especiais.

Salas de aula sem móveis específicos para atendimento a portadores de necessidades especiais.

Não existem políticas claras para reforma, para manutenção preventiva dos equipamentos disponíveis e para aquisição de novos equipamentos dos laboratórios.

Ausência de laboratórios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Alguns laboratórios não possuem equipamentos suficientes para realizar aulas práticas com todos os estudantes.

Aumento de equipamentos para os laboratórios (bancos, microscópicos, lupas, etc);

A falta ou carência de técnicos para acompanhamento impossibilita a liberação de horários para utilização dos laboratórios, fora do horário de aulas.

Ausência de salas para atendimento de alunos e orientandos. Inexistência de áreas de lazer e de convivência para discentes.

Falta agilidade na aquisição de novos livros e na reposição de exemplares danificados.

Quantidade insuficiente de volumes, de obras básicas e complementares e de bibliografia em geral.

Apesar da aquisição de novos livros nos últimos anos, ainda não está no nível desejado pelo corpo docente e discente.

Ausência de normas de biossegurança em alguns laboratórios.

Qualquer instituição universitária só pode desenvolver suas atividades típicas de forma adequada e satisfatória quando apoiada numa infraestrutura que lhe dê suporte. Por se tratar de processos de aprendizagem, de uma contínua formação de conhecimento, um dos pontos principais dessa infra-estrutura é a existência de uma boa biblioteca. Um dos itens que mais recebeu reclamações foi exatamente este. Alunos e professores apontaram as seguintes limitações:

Deficiência em termos de títulos e volumes de livros.

Pessoal despreparado para trabalhar em biblioteca.

Poucos periódicos à disposição da comunidade acadêmica.

Nem sempre as bibliotecas estão climatizadas adequadamente.

Ausência de um sistema anti-morfo.

Em algumas bibliotecas, os espaços são insuficientes para estudos individuais e em grupos, além de possuir limitado número de terminais de consulta para as demandas.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Com a adesão da Universidade Federal de Campina Grande ao Programa REUNI, muitas das demandas apresentadas já foram cumpridas ou estão em fase de execução e quadro docente qualificado também tem contribuído para elaboração de projetos, que possibilitam a montagem de novos laboratórios ou sua reestruturação.

Sistematicamente devem ser realizadas avaliações do Planejamento Institucional para possibilitar o atendimento das necessidades de ampliação física dos projetos pedagógicos dos cursos.

Em alguns Centros já foram construídas Centrais de Aula climatizadas, com a aquisição de recursos auxiliares de ensino, bem como a ampliação da infra-estrutura para docentes e discentes de graduação e pós-graduação.

Em alguns Centros já foram comprados ônibus ou outros tipos de transportes para atividades de campo de acordo com as necessidades dos projetos pedagógicos, de pesquisa e de extensão.

Na maioria das Unidades Acadêmicas e dos Centros, as reformas estão ocorrendo de forma mais ágil, principalmente porque a gestão dos recursos fica a cargo da própria Unidade.

Ampliação do número de salas de aula e de permanência de docentes.

Estabelecimento de política para conservação e atualização de equipamentos e para reposição de materiais para os laboratórios.

Melhorar segurança junto aos laboratórios, em especial nos finais de semana.

Necessidade de área de lazer para atender alunos que precisam ficar nos laboratórios no horário do almoço, do jantar ou nos finais de semana para acompanhar experimentos.

Ampliação do número de equipamentos para atender demandas dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Melhoria no acervo bibliográfico, expansão da rede de acesso a internet e a portais de periódicos.

DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Com finalidade construtiva e formativa, a avaliação da UFCG busca ser contínua e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência desse envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade. Esta é uma meta que ainda não foi plenamente atingida porque a tão necessária cultura da avaliação ainda não se instalou definitivamente.

A CPA coordenou o processo de avaliação interna da UFCG promovendo a realização de vários eventos envolvendo a comunidade acadêmica, com base nas diretrizes do SINAES, com o objetivo de sensibilizar os segmentos sobre a importância da avaliação institucional para realização de uma gestão planejada. O planejamento foi instalado, desde o princípio, com o envolvimento dos segmentos da comunidade. Cada Centro da UFCG, desde os da sede até os de fora da sede foram visitados.

O processo de auto-avaliação da IES ocorreu concomitantemente às avaliações externas, portanto, as sugestões e recomendações de especialistas e da CPA somaram-se visando o desenvolvimento da IES.

É importante destacar que muitos resultados positivos têm contribuído para aperfeiçoamentos da IES, estes resultados são percebidos não só nos recursos físicos e ligados diretamente aos cursos, mas também no clima institucional de trabalho interno. Entre as melhorias, apesar de ainda discretas, destacam-se:

aumento no coeficiente de investimentos em infra-estrutura (sem desconhecer que ocorreram mais investimentos em função da adesão ao REUNI);

maior envolvimento dos docentes liderados pela participação pro-ativa dos coordenadores de cursos;

maior cobrança por resultados positivos no ENADE;

revisão de projetos pedagógicos com vistas ao aprimoramento e atualização da formação obtida nos cursos;

modernização de sistemas e maior integração entre os órgãos de gestão e de apoio da IES;

adoção de procedimentos e critérios avaliativos e acompanhamento do planejamento institucional, com ênfase nas atividades educativas;

tomada de medidas para melhoria contínua do planejamento da IES no processo de auto-avaliação institucional.

mudanças no comportamento de docente e funcionários técnico-administrativos baseado no entendimento da importância de seu trabalho ao bom funcionamento institucional;

aumento no número de convênios estabelecidos entre a IES e a comunidade externa, entre outros fatores.

Fragilidades desta dimensão

Desconhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por parte da maioria da comunidade acadêmica, dificultando ações de planejamento institucional. Ainda persiste a ausência de cultura de planejamento das atividades institucionais, em diversas instâncias.

No PDI e nos PPCs reestruturados ou recentemente construídos, é obrigado a incorporação de procedimentos de auto-avaliação, porém, não há sistemática e acompanhamento desses processos.

Desconhecimento, por parte da maioria da comunidade acadêmica, do programa de auto-avaliação institucional da UFCG.

Dificuldade na obtenção de dados e informações institucionais das diversas atividades como subsídios aos processos de planejamento e de avaliação institucional.

Ausência de regulamentos próprios das diferentes unidades acadêmicas e administrativas, dificultando o acompanhamento e a avaliação das atividades institucionais.

Deficiência do processo de difusão de informações e sensibilização à comunidade acadêmica para uma participação mais efetiva dos procedimentos da auto-avaliação.

Carência de pesquisas e de publicidade das ações da Comissão Própria de Avaliação. Centralização das ações da Comissão Própria de Avaliação; há a urgente necessidade de se cobrar a atuação das CPAs Setoriais em cada *campus*.

Ações a serem implementadas e ou já implementadas:

Encaminhamento do Relatório de Auto-avaliação à Administração Superior e protocolar no sistema E-Mec.

Cumprimento urgente do Calendário de Atividades da CPA, que contempla visitas a todos os campi da UFCG.

Definir procedimentos para implementação e execução das ações referentes à Avaliação dos Cursos (auto-avaliação) – alunos (ENADE).

Compilar em CD, alguns dos instrumentos legais que normatizam a avaliação do ensino superior.

Desenvolver um trabalho de sensibilização com a finalidade de desmitificar a idéia de que avaliação é mera tarefa a ser cumprida para atender ao Ministério da Educação (INEP/SESu).

Sensibilizar a comunidade acadêmica para participar do processo de auto-avaliação; verifica-se, desde o princípio, um reduzido número de participantes.

Realizar *workshops* em nível de Centros para discutir a política de regulação do ensino superior brasileiro.

Sugere-se a implantação de processos de auto-avaliação institucional nos órgãos e atividades não contemplados neste Relatório (Hospital Alcides Carneiro, Hospital Veterinário, Fazendas Experimentais, Egressos).

DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.

As políticas de atendimento aos estudantes buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil, integrando-os à vida acadêmica. Essa política tem sido viabilizada na UFCG por meio de programas institucionais. Conforme consta no PDI, a assistência estudantil na UFCG é feita a partir dos seguintes eixos principais:

Manutenção de residências universitárias em todos os campi, para alunos comprovadamente carentes;

Fornecimento de refeições gratuitas a alunos comprovadamente carentes em restaurantes universitários e nas residências universitárias;

Programas institucionais de bolsas de iniciação científica e artístico-cultural, de extensão, de monitoria e de gestão;

Apoio à participação de alunos em eventos e para a realização de eventos estudantis; Atendimento médico-odontológico no posto do Hospital Universitário Alcides Carneiro no *campus* de Campina Grande.

Há, portanto, uma coerência dos programas de apoio aos discentes desenvolvidos pela UFCG explicitados nos documentos institucionais, tais como PDI e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Expressam uma diretriz de ação com indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro. Todos os programas estão em pleno funcionamento.

Para o aluno universitário atingir a sua plenitude acadêmica, além de primar pela qualidade de ensino, torna-se necessário o estímulo à participação social, por meio de diferentes ações como: bolsas, treinamentos, atendimento médico-odontológico, isenção de taxa no vestibular, restaurante universitário, residência estudantil, estágio obrigatório e não obrigatório.

A Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas de apoio à comunidade universitária da UFCG. A PRAC está estruturada com duas coordenações executivas denominadas CAE – Coordenação de Apoio ao Estudante e CAS – Coordenação de Apoio ao Servidor.

Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários:

- a) Planejar e coordenar a política de valorização e apoio à comunidade universitária da UFCG, em questões profissionais, artístico-culturais, desportivas e acadêmicas;
- b) Planejar e coordenar os programas de residências e de restaurantes universitários, além de programas de bolsas destinadas ao apoio e manutenção estudantil;
- c) Promover assistência médico-odontológica e psicológica à comunidade da UFCG;
- d) Fiscalizar o cumprimento, nas unidades universitárias, das decisões da administração superior referentes à vida estudantil.

A UFCG tem como programas institucionais direcionados aos estudantes:

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Objetivos:

- a) Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e
- c) Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.

2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação

Objetivos:

- a) Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.
- c) Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

3. Programa de Bolsas de Extensão

Objetivos

- a) Incentivar a participação de discentes, servidores técnico-administrativos e docentes nas atividades de extensão da UFCG;
- b) Estimular o desenvolvimento da criatividade na busca da socialização de saberes, aprimorando o processo formativo de profissionais enquanto cidadãos;
- c) Possibilitar a articulação com o ensino e a pesquisa;
- d) Viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, priorizando as demandas de relevância social, com o intuito de melhorar as condições de vida das comunidades beneficiadas, implementar e potencializar as políticas públicas

4. Pré-Vestibular Solidário

Objetivos

- a) Possibilitar ao público beneficiado a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, corrigindo distorções do ensino público;
- b) Instigar nos participantes o desenvolvimento da capacidade de aprender, criar e formular conhecimentos, de maneira a desenvolver valores e competências que se coadunem com as exigências da sociedade contemporânea;
- c) Desenvolver o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e a autonomia intelectual, de modo a permitir que este continue aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos;
- d) Oferecer a preparação e as orientações básicas para a integração do aluno ao mundo do trabalho, com competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- e) Contribuir para a ampliação da capacidade dos alunos de compreender criticamente as causas históricas que limitam o acesso à escola, aos benefícios e às decisões da sociedade em que vivem.

5. Iniciação Científica

Objetivo

Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.

6. Projeto RONDON

Objetivo

A participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população

7. Programa de Educação Tutorial

Objetivos

- a) Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.
- b) Contribuir para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação, da diminuição da evasão e promoção do sucesso acadêmico, valorizando a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Promover a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
- d) Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país.
- e) Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania ativa e pela função social da educação superior.
- f) Estimular a vinculação dos grupos às áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, regionais e a interiorização do programa.
- g) Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como suas instituições.
- h) Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares.
- i) Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social.

8. Programa Pró-Licenciatura

9. Monitoria Acadêmica

10. Programa Mobilidade Acadêmica

11. Programa Ciências sem Fronteiras do CNPq-MCT/CAPES

Os assuntos que despertam maior interesse aos alunos, tais como trancamento de matrícula, desligamento, transferência, etc, são repassados individualmente nas Coordenações dos Cursos ou o aluno pode acessar a página da UFCG no endereço <http://www.ufcg.edu.br/>, acessar o ícone alunos de graduação e, mediante a informação da matrícula e da senha, acompanhar toda a sua vida acadêmica. As informações mais importantes e as respectivas legislações estão disponibilizadas em links, de forma que o interessado tenha acesso ao texto completo de cada uma delas. Da citada página contam ainda as Seções, telefones, e-mails e nomes dos responsáveis por cada procedimento, para que os interessados possam fazer consultas à distância ou agendar atendimento personalizado.

A UFCG oferece apoio aos discentes para realização e participação em eventos com a liberação de transporte e/ ou passagens, serviços gráficos e ajuda financeira. Geralmente os eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos são promovidos pela administração superior por meio das Pró-Reitorias, Unidade Acadêmicas, Direção de Centro e dos Diretórios Estudantis.

Os estudantes se organizam através do Diretório Central que possui espaço físico cedido pela administração da universidade. A UFCG apoia a participação dos alunos nos seus órgãos Colegiados; Conselho Universitário; Câmaras; Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Fragilidades desta dimensão:

Os Programas Institucionais não têm bolsas suficientes para grande número de alunos.

Inexistência de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico para atender alunos com problemas de aprendizagem.

Ausência de políticas institucionais internas factíveis e efetivas no combate à evasão discente dos cursos de graduação.

Melhor atendimento aos discentes em horário extra-classe.

Falta de informação sobre eventos importantes na Universidade e de incentivo aos esportes.

Ausência de núcleos de apoio psicopedagógicos ou de assistentes sociais em alguns *campi* da UFCG.

Ausência de um programa de acompanhamento ao egresso.

DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

A UFCG é mantida com recursos federais, mas, ano a ano, vem crescendo em importância a participação de recursos próprios e os oriundos de convênios no total dos recursos orçamentários executados pela instituição.

A dotação de recursos para a manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais é feita através de rubricas próprias que permitem a alocação de recursos para manutenção e instalações físicas e materiais. Esses recursos são incipientes para as necessidades atuais e possivelmente para as futuras, se não houver um aporte de recursos compatível com o crescimento da instituição.

A UFCG tem evoluído financeiramente, como fruto de uma administração com um modelo de Universidade moderna e que sabe do seu potencial, por isso busca a excelência nos serviços que presta. Nesse sentido, tem procurado investir de maneira responsável e coerente, em investimentos prioritários. Uma importante contribuição foi a injeção de recursos que significou o Projeto de Expansão, conduzido pela atual gestão, por meio de convênio com o Ministério da Educação e a adesão ao Reuni, cujas ações em implementação já são percebidas, constituindo-se em potencialidades.

Nos últimos anos houve investimentos em obras e melhorias e significativa ampliação do número de alunos na Instituição. A atual gestão investiu e está investindo em obras e ações de modernização da sua Infra-estrutura, antes não concretizadas por conta dos baixos investimentos e manutenção por parte do Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os integrantes da CPA participam das reuniões e da fase de sensibilização visando despertar a comunidade acadêmica para a importância de participar do processo. Sistematizadas os resultados da autoavaliação, estes serão divulgados junto à comunidade. Nesta perspectiva, reafirma-se o cumprimento do dever realizado em prol da identidade da UFCG, que no ano de 2012 está completando dez anos.

Este Relatório Parcial, além de ser protocolado no MEC, será apresentado aos gestores para aplicação no planejamento acadêmico-administrativo. O aprimoramento dos trabalhos da CPA depende da participação de todos, bem como maior interesse de todos os segmentos envolvidos nesta IES. Cabe destacar que os membros da CPA estão agendando constantes reuniões com a direção e coordenação para juntos buscar estratégias e meios para atingir as metas almejadas.

Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação da UFCG buscará constantemente atender os interesses da comunidade acadêmica, a fim de alcançar um patamar satisfatório em relação às dez dimensões determinadas pela Lei SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Apesar de se perceber a evolução da comunidade com relação à Avaliação Institucional, a Comissão Própria de Avaliação da UFCG ainda sente que o caminho a ser percorrido precisa ser melhor delineado. Nesse sentido, concluem este Relatório apontando para a UFCG as mesmas recomendações da avaliação anterior.

- 1 Criar uma pasta na Secretaria de Planejamento e Avaliação Institucional onde se possa congregiar os dados de todas as avaliações que a Instituição participa (avaliação externa, interna, de cursos e ENADE);
- 2 Estimular o maior compromisso das Unidades Acadêmicas com os trabalhos da CPA;
- 3 A utilização do relatório da auto-avaliação seja adotada como instrumento de gestão pela reitoria;
- 4 A utilização do relatório da auto-avaliação como instrumento para o planejamento institucional;
- 5 O aprimoramento do sistema de avaliação na Instituição;

6 Incentivo e estímulo constantes da comunidade acadêmica no processo da auto-avaliação;

7 Que os resultados dos conhecimentos e saberes obtidos na auto-avaliação sejam utilizados como forma de eliminar ou reduzir as fragilidades identificadas;

8 Estabelecer estratégias para responder à comunidade acadêmica sobre as fragilidades identificadas.

Para o ano letivo de 2012, a exemplo do que ocorreu em 2011, a CPA continuará buscando atingir seus objetivos, com reuniões periódicas de planejamento para o desenvolvimento de ações avaliativas, seja na promoção, na orientação ou na divulgação das informações, de forma a contribuir com as ações de melhoria a serem desenvolvidas nas IES.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Alana Candeia de Mélo

Francisco José Victor de Castro

Marcelo Alves de Barros

Ruy Everson Guedes Leão

Maridete Saraiva.

Jardes José Caiçara

Marcelo Coutinho de Oliveira

Campina Grande, 30 de março de 2013